



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJATI

Estado de São Paulo



CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2010

EDITAL DE ABERTURA

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e em consonância com a Legislação Federal, Estadual e Municipal, faz saber que será realizado, através da Empresa Apta – Assessoria e Consultoria Ltda., sob a coordenação da Comissão de Concurso Público, nomeada através da portaria nº 125 de 02 de março de 2010, Concurso Público de Provas, para provimento dos empregos constantes no item 1.1, sendo que os mesmos serão regidos Regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Estabelece ainda as presentes instruções especiais que regularão todo o Concurso Público ora instaurado.

1- DOS EMPREGOS

1.1– Os empregos, códigos, vagas existentes, vencimentos e carga horária semanal e os respectivos requisitos e os valores das taxas de inscrições, são os especificados abaixo:

| Código | Denominação | Vagas | Vagas Para PNE | Carga Horária e Vencimentos R\$ | Requisitos para provimento | Prova Objetiva | Prova Dissertativa | Prova Prática | Valor da Inscrição R\$ |
|--------|---------------------------------|-------|----------------|---------------------------------|---|----------------|--------------------|---------------|------------------------|
| 1. | Agente de Controle de Vetor | 05 | 0 | R\$ 540,93 40 horas | Ensino Médio completo | Sim | Sim | Não | 30,00 |
| 2. | Agente de Defesa Civil | 01 | 0 | R\$ 869, 92 40 horas | Ensino Médio completo e CNH categoria A e B. | Sim | Sim | Não | 30,00 |
| 3. | Agente de Trânsito | 01 | 0 | R\$ 869,92 40 horas | Ensino Médio completo e possuir CNH categoria A e B. | Sim | Sim | Não | 30,00 |
| 4. | Bibliotecário | 01 | 0 | R\$ 2.010,79 40 horas | Ensino Superior Completo em Biblioteconomia com registro no CRB | Sim | Sim | Não | 39,35 |
| 5. | Mecânico Lubrificador | 01 | 0 | R\$ 1.089,34 40 horas | Ensino Fundamental completo, CNH categoria D e experiência comprovada de, no mínimo, 06 meses | Sim | Não | Sim | 22,50 |
| 6. | Médico | 15 | 1 | R\$ 2.824,63 20 horas | Ensino Superior Completo em Medicina com Registro no CRM | Sim | Sim | Não | 39,35 |
| 7. | Médico Plantonista | 15 | 1 | R\$ 1.248,00 24 horas | Ensino Superior Completo em Medicina com Registro no CRM | Sim | Sim | Não | 39,35 |
| 8. | Merendeira | 13 | 1 | 555,20 40 horas | Ensino Fundamental Incompleto | Sim | Não | Sim | 20,00 |
| 9. | Nutricionista | 01 | 0 | R\$ 2.493,48 30 horas | Ensino Superior Completo em Nutrição com registro no CRN | Sim | Sim | Não | 39,35 |
| 10. | Operador de Máquina Escavadeira | 01 | 0 | R\$ 1.220,96 40 horas | Ensino Fundamental completo, CNH categoria D e experiência comprovada de, no mínimo, 06 meses | Sim | Não | Sim | 22,50 |

| | | | | | | | | | |
|-----|----------------------------------|----|---|--|---|-----|-----|-----|-------|
| 11. | Operador de Pá Carregadeira | 01 | 0 | R\$ 1.089,34 40 horas | Ensino Fundamental completo, CNH categoria D e experiência comprovada de, no mínimo, 06 meses | Sim | Não | Sim | 22,50 |
| 12. | Operador de Rolo Compactador | 01 | 0 | R\$ 826,04 40 horas | Ensino Fundamental completo, CNH categoria D e experiência comprovada de, no mínimo, 06 meses | Sim | Não | Sim | 22,50 |
| 13. | Operador Patrol | 02 | 0 | R\$ 1.089,34 40 horas | Ensino Fundamental Completo - CNH categoria D e experiência comprovada de, no mínimo, 06 meses | Sim | Não | Sim | 22,50 |
| 14. | Técnico em Segurança no Trabalho | 01 | 0 | R\$ 1.177,08 40 horas | Ensino Médio completo e Curso Técnico de Segurança no Trabalho, com registro no registro no DRT - Delegacia Regional do Trabalho | Sim | Sim | Não | 30,00 |
| 15. | Telefonista | 01 | 0 | R\$ 650,52 30 horas | Ensino Médio completo | Sim | Não | Sim | 30,00 |
| 16. | Terapeuta Ocupacional | 01 | 0 | R\$ 1.879,17 30 horas nos termos da Lei Federal nº 8856/94 | Ensino Superior Completo em Terapia Ocupacional com registro no CREFITO | Sim | Sim | Não | 39,35 |

2- DAS INSCRIÇÕES

2.1- As inscrições realizar-se-ão de 23 de junho a 07 de julho de 2010 pela internet, pelo endereço eletrônico www.ap tarp.com.br.

2.2 - A inscrição do candidato implicará no conhecimento e a expressa aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, e nas instruções específicas contidas nos comunicados e em outros editais pertencentes ao presente Concurso Públicos que porventura venham a ser publicados, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento de qualquer natureza.

2.2.1- O candidato deverá se certificar que preenche todos os requisitos para a investidura no Emprego de seu interesse, não podendo alegar desconhecimento sob pena de ser desclassificado do presente Concurso Público.

2.3- Antes de realizar a inscrição o interessado deverá ler o Edital de Abertura e somente depois preencher o Requerimento de Inscrição com as informações e dados solicitados, expressando sua concordância em aceitar as condições do presente Concurso Público e as que vierem se estabelecer, devendo, sob as penas da Lei, indicar:

2.3.1 - Ser brasileiro e se estrangeiro atender aos requisitos legais previstos no art. 12 da Constituição Federal;

2.3.2 - Ter 18 (dezoito) anos completos até a data da posse ou ser emancipado legalmente;

2.3.3 - Preencher os requisitos, na data da posse, para o Emprego a que concorre;

2.3.4 - Estar quite com as obrigações militares, quando for o caso;

2.3.5 - Estar em gozo de seus direitos civis, políticos e eleitorais;

2.3.6 - Gozar de boa saúde física e mental e não ser portador de deficiência física ou mental incompatível com o exercício das funções atinentes ao Emprego a que concorre;

2.3.7 - Não haver sofrido, no exercício de atividade pública, penalidade por atos incompatíveis com o serviço público;

2.3.8 - Não ter antecedentes criminais, que impeçam a nomeação;

2.3.9 - Não estar com idade de aposentadoria compulsória, ou seja, 70 anos.

2.3.10 - Não receber, no ato da posse, proventos de aposentadoria oriundos de Emprego, Emprego ou Função exercidos perante a União, Território, Estado, Distrito Federal, Município e suas Autarquias, Empresas ou Fundações, conforme preceitua o artigo 37, §10 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 20 de 15/12/98, ressalvadas as acumulações permitidas pelo inciso XVI do citado dispositivo constitucional, os empregos eletivos e os cargos ou empregos em comissão.

2.3.11 - Não ter, anteriormente, contrato de trabalho com o Poder Público rescindido por justa causa de ter sido demitido a bem do serviço público.

2.3.12 - Não registrar crime contra a Administração Pública.

- 2.4-** O candidato será responsável por qualquer erro, rasura ou omissão, bem como pelas informações prestadas no requerimento de inscrição online realizada.
- 2.5-** Para inscrever-se no Concurso o candidato deverá:
- 2.5.1 –** Preencher corretamente o formulário online de inscrição, informando todos os dados solicitados;
- 2.6-** A efetivação da inscrição, somente se dará após o pagamento do boleto bancário gerado no ato da inscrição, observando-se a data limite para o pagamento e o expediente bancário, não sendo aceitas inscrições e ou pagamentos efetuados fora do prazo estabelecido, bem como outras formas de pagamento que não seja a liquidação do boleto bancário em rede bancária (transferência eletrônica, depósito bancário, etc.).
- 2.7-** O prazo para pagamento do boleto gerado no ato da inscrição deverá ser realizado preferencialmente nas agências do Banco do Brasil., observando-se a data limite para o pagamento até o dia 08 de julho de 2010.
- 2.7.1-** O candidato é responsável pela emissão e liquidação do seu boleto bancário, atentando para o horário de expediente dos bancos e outros estabelecimentos integrantes da rede bancária nacional.
- 2.8-** Não serão aceitos pedidos de isenção de pagamento do valor da taxa de inscrição, seja qual for o motivo alegado.
- 2.9-** O deferimento da inscrição do candidato dependerá do correto preenchimento da sua ficha de inscrição, devendo o candidato indicar forma de contato para dirimir eventuais dúvidas.
- 2.9.1 -** O candidato ou seu procurador será responsável pelas informações prestadas no requerimento de inscrição realizada, devendo para tanto preencher atentamente todos os campos constantes do documento.
- 2.10-** Os pedidos de inscrição dos candidatos serão analisados pela Empresa Apta – Assessoria e Consultoria Ltda. e referendados pela Comissão de Concurso Público, que deverá manifestar-se, quando do indeferimento da inscrição, no prazo de até 5 (cinco) dias após o término das mesmas.
- 2.10.1 -** O fato de o candidato ter a inscrição deferida não o exime de exclusão do concurso público, e aplicação de penalidades legais cabíveis, conforme o caso, se for detectada falsidade, má fé, erro ou equívoco nas declarações prestadas por ocasião de sua inscrição.
- 2.11-** A relação dos candidatos com inscrições indeferidas será divulgada através do endereço eletrônico: www.ap tarp.com.br de listagem pela Comissão de Concurso Público, e não havendo publicação todas as inscrições considerar-se-ão deferidas.
- 2.12-** A relação completa de candidatos inscritos será divulgada, através de afixação, na Prefeitura Municipal de Cajati, sita a Av. Projetada s/n - Estrada do Colina - Cajati – SP e no endereço eletrônico: www.ap tarp.com.br e www.cajati.sp.gov.br, conforme o Anexo II deste edital.
- 2.13-** A Comissão de Concurso Público poderá se necessário, anular todo e qualquer ato que anteceder à homologação do mesmo, desde que verificada falsidade na documentação apresentada ou a apresentar pelo candidato.
- 2.14-** Qualquer condição especial para participação no concurso deverá ser requerida dentro do prazo estabelecido no item 2.1, período de inscrição, pessoalmente na Prefeitura Municipal de Cajati, sita a Av. Projetada s/n - Estrada do Colina - Cajati – SP, sendo que não se responsabilizará a Comissão de Concurso Público e a Apta - Assessoria e Consultoria Ltda., por casos excepcionais que não tenham sido comunicados no prazo devido.
- 2.14.1-** O candidato que se inscrever na condição de portador de necessidades especiais, deverá dentro do período de inscrição, protocolar laudo médico que ateste a sua condição bem como a necessidade de realização de prova em condições especiais (prova ampliada, em braile, acompanhamento especial, etc.), conforme citado no item 2.14, sob pena de não prevalecer a sua condição especial na realização das provas ou na classificação.
- 2.15-** A Comissão de Concurso Público e a Apta - Assessoria e Consultoria Ltda., não se responsabilizarão por eventuais coincidências de locais, datas e horários de provas e quaisquer outras atividades ou eventos.
- 2.16-** Os candidatos aprovados, por ocasião de sua convocação, serão submetidos a exame pré-admissão de caráter eliminatório (avaliação clínica e médica, física e mental).
- 2.17-** Os exames de pré-admissão, de caráter eliminatório, serão realizados por profissionais designados pelo Município de Cajati.
- 2.18-** O candidato que vier a ser habilitado no concurso público de que trata este Edital poderá ser investido no Emprego se atendidas, à época, todas as exigências para a investidura ora descritas obedecidos o limite de vagas existentes, o interesse público, bem como a disponibilidade financeira do Município de Cajati.
- 2.18.1 -** O candidato que fizer qualquer declaração falsa, inexata ou, ainda, que não possa satisfazer todas as condições estabelecidas neste edital, terá sua inscrição cancelada e, em consequência, anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovado nas provas e que o fato seja constatado posteriormente.

- 2.19-** Cada candidato poderá inscrever-se para mais de um emprego colocado em concurso, devendo, porém optar por apenas um se houver coincidência de data e horário de realização de provas, sendo automaticamente eliminado do emprego que tenha desistido.

3- DOS CANDIDATOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

- 3.1-** Serão asseguradas aos portadores de necessidades especiais a participação neste concurso público, as vagas oferecidas, na coluna “Vagas (PNE)” do quadro 1.1 do presente edital nos termos do artigo 37, inciso VIII, da Constituição Federal, Decreto federal nº 3.298/99 de 20/12/1999.
- 3.1.1** - Serão consideradas deficiências aquelas definidas de acordo com o artigo 4º, do Decreto federal nº 3.298/99 de 20/12/1999, com alteração dada pelo Decreto federal nº 5.296/04 de 02/12/2004.
- 3.1.2** - Para efeito de cálculo as frações resultantes maiores ou igual 0,5 (meio) serão arredondadas para o número inteiro subseqüente e as frações menores que 0,5 (meio) serão desprezadas.
- 3.2-** No ato da inscrição, o candidato portador de necessidades especiais deverá declarar, no formulário online de inscrição, essa condição e a deficiência da qual é portador, encaminhado via sedex para a Apta – Assessoria e Consultoria Ltda-EPP, sita a Rua Lafaiete, 1904 – Vila Seixas, Ribeirão Preto/SP, o Laudo Médico original e expedido no prazo máximo de 60 dias anteriores ao término da inscrição, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, informando o seu nome, número do RG e CPF, devendo este ser protocolado conforme determina o item 2.14 e seu subitem 2.14.1, dentro do prazo de inscrição.
- 3.2.1** – O candidato que não encaminhar o laudo terá seu pedido de inscrição como Portador de Necessidades Especiais indeferido, sendo relacionado na listagem geral de candidatos.
- 3.3-** Os candidatos portadores de necessidades especiais participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo da prova, avaliação e aos critérios de aprovação, horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.
- 3.3.1** - O candidato portador de deficiência, que nos termos legais, necessitar de tempo adicional para realização das provas deverá requerê-lo, no prazo determinado para as inscrições, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência.
- 3.3.2** - As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais, serão atendidas obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade, por deliberação da comissão de Concurso Público.
- 3.4-** Os candidatos portadores de necessidades especiais não serão discriminados pela sua condição, exceto para os Empregos que não possibilitem as suas nomeações pelas características de atribuições e desempenhos, incompatíveis com a deficiência possuída.
- 3.5-** Os portadores de necessidades especiais (deficiência visual) que se julgarem amparados pelas disposições legais, somente prestarão as provas mediante leitura através do sistema Braille, e, suas respostas deverão ser transcritas também em Braille. Os referidos candidatos deverão levar, para esse fim, no dia da aplicação das provas, reglete e punção e/ou observância do item 2.14.1 deste edital.
- 3.5.1** - O candidato portador de necessidade especial (deficiente visual) deverá solicitar, por escrito, à Comissão de Concurso Público até o último dia de encerramento das inscrições, a confecção de prova em Braille ou ampliada, ou ainda acompanhamento especial, juntando, nos casos de ambliope, atestado médico comprobatório dessa situação, nos termos do item 3.2.
- 3.5.2** - Os deficientes visuais que não solicitarem a prova especial no prazo citado no subitem anterior não terão direito à prova especialmente preparada seja qual for o motivo alegado.
- 3.5.3** - Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual, passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.
- 3.5.4** - Após admissão no Emprego a que concorreu como candidato portador de necessidade especial, a mesma não poderá ser argüida para justificar a concessão de readaptação, bem como aposentadoria por invalidez.
- 3.6-** Ao ser convocado, o candidato deverá submeter-se a Perícia Médica indicada pela Prefeitura Municipal que terá a assistência de equipe multiprofissional, que confirmará de modo definitivo o enquadramento de sua situação como portador de necessidade especial e a compatibilidade com o Emprego pretendido.
- 3.7-** A avaliação do potencial de trabalho do candidato portador de necessidades especiais, frente às rotinas do Emprego, obedecerá ao disposto no Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999, arts. 43 e 44 e será realizada pela Prefeitura Municipal, através de equipe multiprofissional.
- 3.7.1** - A equipe multiprofissional emitirá parecer observando:
- a) as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição;
 - b) a natureza das atribuições e tarefas essenciais do Emprego a desempenhar;
 - c) a viabilidade das condições de acessibilidade e as adequações do ambiente de trabalho na execução das tarefas;
 - d) a possibilidade de uso, pelo candidato, de equipamentos ou outros meios que habitualmente utilize; e
 - e) o CID e outros padrões reconhecidos nacional e internacionalmente.

- 3.8-** A equipe multiprofissional avaliará a compatibilidade entre as atribuições do Emprego e a necessidade especial do candidato durante o estágio probatório.
- 3.9-** Será eliminado da lista de portadores de necessidades especiais, o candidato cuja condição, assinalada na ficha de inscrição, não se constate, devendo o mesmo constar apenas da lista de classificação geral de aprovados.
- 3.10-** Será eliminado do Concurso Público o candidato cuja necessidade especial assinalada na ficha de inscrição seja incompatível com o Emprego pretendido.
- 3.11-** As vagas reservadas ao portador de necessidade especial que não forem providas por falta de candidatos, por reprovação no Concurso ou por não enquadramento como portador de necessidade especial na perícia médica, serão preenchidas pelos demais concursados, com estrita observância da ordem classificatória.
- 3.12-** Os candidatos que no ato da inscrição se declararem portadores de necessidade especial, se aprovados no concurso público, terão seus nomes publicados na lista geral dos aprovados e em lista à parte.

4- DAS PROVAS

4.1- O concurso constará de provas objetivas que versarão sobre Conhecimentos Gerais (Português e Matemática), Específicos e Atualidades, Prova Dissertativa, Provas Práticas e Provas de Títulos.

4.2- Cada Emprego Público terá uma modalidade específica de prova, ou combinação, conforme tabela a seguir:

| Emprego | Modalidade de Prova |
|--|---|
| Merendeira | Conhecimentos de Português, Matemática, Específicos e Prova Prática para os 100 (cem) primeiros classificados, bem como os que empatarem na 100ª posição. |
| Mecânico Lubrificador, Operador de Patrol, Operador de Máquina Escavadeira, Operador de Rolo Compactador e Operador de Pá Carregadeira | Conhecimentos de Português, Matemática, Específicos e Prova Prática para os 20 (vinte) primeiros classificados, bem como os que empatarem na 20ª posição. |
| Telefonista | Conhecimentos de Português, Matemática, Específicos e Prova Prática para os 20 (vinte) primeiros classificados, bem como os que empatarem na 20ª posição. |
| Agente de Controle de Vetores, Agente da Defesa Civil, Agente de Trânsito e Técnico em Segurança do Trabalho | Conhecimentos de Português, Matemática, Específicos e Prova Dissertativa |
| Bibliotecário, Médico Clínico Geral, Médico Plantonista, Nutricionista e Terapeuta Ocupacional | Conhecimentos de Atualidades, Português, Específicos, Prova Dissertativa e Prova de Títulos |

4.2.1- As provas de conhecimentos gerais (Português e Matemática) visam aferir as noções básicas relacionadas diretamente com a escolaridade exigida.

4.2.2- As provas de conhecimentos específicos e atualidades visam aferir as noções básicas relacionadas ao respectivo emprego público.

4.2.3- As provas práticas visam aferir a experiência, habilidade e a destreza inerentes ao respectivo emprego público.

4.2.4- As provas dissertativas versarão sobre assuntos pertinentes a área de atuação dos respectivos empregos.

4.3- O programa das provas é o constante do Anexo I e estará à disposição dos candidatos na Prefeitura Municipal e no endereço eletrônico: www.aptarp.com.br e www.cajati.sp.gov.br.

5- DA PRESTAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS E PRÁTICAS

5.1- As provas objetivas realizar-se-ão conforme o Anexo II, em locais e horários a serem divulgados pelos sites www.aptarp.com.br e www.cajati.sp.gov.br e no jornal "Gazeta SP" que publica os atos oficiais do Município, conforme Anexo II, salvo se por decisão da Comissão de Concurso Público for designada outra data.

5.1.1- Caso o número de candidatos inscritos ultrapasse a capacidade de lugares disponíveis nas escolas do município de Cajati, um ou mais empregos poderão ter a sua prova adiada, a critério da Comissão de Concurso Público.

5.1.1- Só será permitida a participação do candidato na prova, na respectiva data, horário e, no local constante do Edital de Convocação para Provas Objetivas.

5.1.2- Outros meios de convocação não possuem caráter oficial.

5.1.3- Não serão enviadas qualquer tipo de correspondência para os candidatos.

- 5.2-** É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de prova e o comparecimento no horário determinado.
- 5.3-** Por justo motivo, a critério da Comissão de Concurso Público, a realização de 1 (uma) ou mais provas do presente concurso poderá ser adiada ou anulada, sem a necessidade de prévio aviso, devendo, no entanto, ser comunicado aos candidatos por novo Edital ou por comunicação direta as novas datas em que se realizarão as provas.
- 5.4-** Na data prevista, os candidatos deverão apresentar-se no mínimo 30 (trinta) minutos antes do horário determinado para o início das provas, sendo que não serão admitidos nos locais de prova os candidatos que se apresentarem após o horário estabelecido para os exames.
- 5.4.1-** Os candidatos deverão estar dentro das salas de realização das provas com antecedência mínima de 10 (dez) minutos do horário marcado para a realização das mesmas.
- 5.5-** O ingresso nos locais de prova será permitido apenas aos candidatos que apresentarem o Comprovante de Inscrição, devidamente pago, acompanhado de documento hábil de identificação com foto, não sendo aceito protocolos, crachás, identidade funcional, título de eleitor e outros não admitidos oficialmente como documento hábil de identificação.
- 5.5.1-** São considerados documentos de identidade os originais de: Carteiras e/ou Células de Identidade expedidas pela Secretária de Segurança Pública, Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Polícia Militar; Cédula de Identidade para estrangeiros; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos ou Conselho de Classes que por Lei Federal, valem como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CREA, CRA, CRB, CRM, etc.; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira nacional de Habilitação (com fotografia nos termos da Lei nº 9.503/97).
- 5.5.2-** Não será admitido na sala de prova o candidato que não estiver de posse dos documentos hábeis previstos no item anterior.
- 5.5.3-** Eventualmente, se, por qualquer motivo, o nome do candidato não constar das Listas de Presença, mas que tenha em seu poder o respectivo comprovante de pagamento, efetuado nos moldes previstos neste Edital, o mesmo poderá participar deste concurso público, devendo para tanto, preencher formulário específico, no dia da realização das provas objetivas.
- 5.5.2-** A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional, sujeita à posterior verificação da referida regularidade, por apreciação da Comissão do Concurso Público.
- 5.5.3-** Constatada a irregularidade da inscrição, a inclusão do candidato será automaticamente cancelada, sem direito à reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.
- 5.6-** Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência com data de validade atualizada, bem como outro documento oficial que identifique.
- 5.7-** O candidato deverá comparecer ao local designado para as provas munido de documento oficial com foto, Comprovante de Inscrição devidamente pago, caneta esferográfica azul, lápis preto nº 2 e borracha.
- 5.8-** A inviolabilidade das provas será comprovada no posto de execução, no momento do rompimento do lacre dos malotes na presença dos candidatos.
- 5.9-** Durante a execução das provas não será permitido consulta a nenhuma espécie de legislação, livro, revista ou folheto, bem como o uso de máquina calculadora, telefone celular, pager ou qualquer outro meio de comunicação ou consulta, como também não será admitida comunicação entre os candidatos.
- 5.10-** O tempo máximo de duração da prova objetiva será de 3 (três) horas.
- 5.11-** O candidato deverá assinalar suas respostas na prova objetiva e marcá-las no Cartão de Respostas, que é o único documento válido para a correção eletrônica, que lhe será entregue no início da prova.
- 5.11.1-** Somente serão permitidos assinalamentos no Cartão de Respostas feitos pelo próprio candidato, vedada qualquer colaboração ou participação de terceiros, salvo em caso de candidato que tenha solicitado condição especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por um fiscal.
- 5.11.2-** Na correção do Cartão de Respostas, será atribuída nota zero às questões que forem assinaladas incorretamente, rasuradas, com mais de uma opção assinalada ou em branco.
- 5.11.3-** Sob nenhuma hipótese haverá a substituição do Cartão de Respostas, sendo da responsabilidade exclusiva do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente, emendas ou rasura, ainda que legível.
- 5.12-** No decorrer da prova se o candidato observar qualquer anormalidade gráfica ou irregularidade na formulação de alguma questão, ou mesmo que não esteja ela prevista no programa, deverá manifestar-se junto ao Fiscal de Sala que, consultada a Comissão, encaminhará solução imediata ou anotará na folha de ocorrências para posterior análise da banca examinadora.
- 5.12.1-** Os pontos correspondentes às questões porventura anuladas serão atribuídos a todos os candidatos, independentemente da formulação dos recursos.

5.12.2- Sempre que o candidato observar a anormalidade prevista no item 5.12 deverá manifestar-se, sob pena de não poder apresentar, posteriormente, eventual recurso.

5.13- O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala de aplicação de provas depois de transcorrido, no mínimo, 60 (sessenta) minutos de seu início.

5.13.1- O candidato não poderá ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento de fiscal.

5.13.2- Ao terminar a prova, o candidato deverá entregar ao fiscal a folha de respostas.

5.13.3- Os três últimos candidatos deverão permanecer juntos na sala, sendo somente liberados quando o último deles tiver concluído a prova.

5.13.4- O candidato deve se retirar do recinto ao término da prova a fim de evitar aglomerações e/ou tumultos.

5.14- Não haverá segunda chamada ou repetição de prova, importando a ausência ou atraso do candidato na sua eliminação, seja qual for o motivo alegado.

5.15- Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento do candidato da sala de prova.

5.16- Para a realização das provas práticas será divulgado oportunamente o edital de convocação com relação nominal dos candidatos, em ordem alfabética constando a nota de corte bem como a nota dos candidatos, já determinando o local e horário de comparecimento para a realização da prova prática.

6- DO JULGAMENTO DAS PROVAS OBJETIVAS, PRÁTICAS E DISSERTATIVAS

6.1- As provas objetivas serão corrigidas por meio de processamento eletrônico, através de leitora óptica.

6.2- As provas de conhecimentos gerais e específicos constarão de 40 (quarenta) questões, de teste de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas cada.

6.2.1 - As provas objetivas serão avaliadas na escala de 0 (zero) a 80 (oitenta) pontos, onde cada questão correta terá o valor de 2,0 (dois pontos), sendo considerado classificado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 40 (quarenta) pontos, para os empregos que possuem PROVA DISSERTATIVA.

6.2.2 - As provas objetivas serão avaliadas na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, onde cada questão correta terá o valor de 2,50 (dois pontos e meio), sendo considerado habilitado para prestação das prova práticas os candidatos que obtiverem a pontuação correspondente a posição de corte prevista no item 4.2, para os empregos que possuem **PROVA PRÁTICA**.

6.3- Caso alguma questão venha a ser anulada, a mesma é considerada correta para todos os candidatos.

6.4- O candidato que na prova objetiva obtiver nota inferior a 50% (cinquenta) por cento estará eliminado do concurso e não terá sua prova dissertativa corrigida, quando esse for o caso.

6.5- As provas práticas serão avaliadas na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

6.5.1- Será considerado habilitado o candidato que obtiver aproveitamento igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) na prova prática.

6.5.2- Para efeitos de classificação final será considerada a média simples resultante da soma da pontuação obtida nas Provas Objetivas e Práticas, conforme a seguinte equação:

$$NF = \frac{NPO + NPP}{2}$$

Legenda:

NF = Nota final

NPO= Nota obtida na prova objetiva

NPP= Nota obtida na prova prática

6.6- As provas dissertativas serão avaliadas na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) pontos, tendo os seguintes critérios de correção:

| | |
|--|---------------|
| Pertinência ao tema proposto | Até 05 pontos |
| Argumentação e coerência de idéias | Até 10 pontos |
| Posicionamento diante das idéias apresentadas no decorrer do texto - Conclusão | Até 05 pontos |

6.6.1- A nota final será obtida através da soma resultante da pontuação obtida na prova objetiva com a pontuação obtida na prova dissertativa, conforme a seguinte equação:

$$NF = NPO + NPD$$

Legenda:

NF = Nota final

NPO= Nota obtida na prova objetiva

NPD= Nota obtida na prova dissertativa

7- DOS TÍTULOS (somente para os Empregos cujos Requisitos sejam Nível Superior Completo)

7.1- Concorrerão à prova de títulos, de cursos de aperfeiçoamento acadêmico os candidatos cujos requisitos sejam Nível Superior Completo, nos termos do item 1.1.

7.2- Serão considerados para a Prova de Títulos os certificados de conclusão de cursos ou diplomas que tenham **relação direta** com a área de atuação, devidamente registrados no Ministério da Educação, de Especialização ou Pós Graduação “*Latu Sensu*”, com carga horária de no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas, Mestrado e Doutorado “*Strictu Sensu*” e experiência profissional na área de atuação, sendo a experiência comprovada através de Carteira de Trabalho (registros profissionais) ou Declaração do Empregador com **Firma Reconhecida**.

7.3- Os títulos serão pontuados na seguinte forma:

| Certificado e/ou Diploma | | Pontuação máxima |
|---|--|---------------------------|
| Doutorado | | 5,00 (cinco) pontos |
| Mestrado | | 2,50 (dois e meio) pontos |
| Especialização ou Pós Graduação “ <i>Latu Sensu</i> ” | | 1,00 (hum) ponto |
| Especialização/Aperfeiçoamento | 0,10 pontos a cada 30 horas (máximo 0,50 pontos) | 0,50 (meio) ponto |
| Atividades Profissionais | | |
| Atividades profissionais comprovadas | nº. de anos x 0,25 (máximo 2,5 pontos) | 2,5 (dois e meio) pontos |
| Cargos de Direção/Chefia | nº. de anos x 0,10 (máximo 1,0 pontos) | 1,0 (ponto) |

7.3.1- Somente serão considerados como títulos os cursos que tenham relação direta com a área de atuação.

7.4- A pontuação aferida será **acrescida da nota final** do candidato e computada para efeito de classificação.

7.5- Os candidatos deverão obrigatoriamente apresentar os documentos relativos à titulação no dia designado para a prova objetiva, em envelopes onde conste o número de inscrição, o emprego, pretendido e a relação de títulos entregue, conforme anexo IV.

7.6- Os candidatos deverão apresentar os documentos comprobatórios em cópias autenticadas.

7.7- Em hipótese alguma será aceito entrega posterior dos documentos.

7.8- Para efeitos de validação da experiência profissional, os candidatos deverão obrigatoriamente apresentar a Carteira de Trabalho Original no dia da entrega dos títulos, constante no item 7.5

7.9- A nota máxima a ser obtida na Prova de Títulos será de **12,50 (doze e meio)** pontos.

8- DA CLASSIFICAÇÃO

8.1- Os candidatos habilitados serão classificados em ordem decrescente da nota final.

8.2- Na hipótese de igualdade de nota terá preferência, sucessivamente, os candidatos que:

8.2.1- for mais idoso;

8.2.2- tiver maior número de filhos menores de 18 anos ou inválidos sob sua dependência.

9- DOS RESULTADOS, RECURSOS E CONVOCAÇÃO PARA PROVAS PRÁTICAS

- 9.1-** O gabarito oficial da prova objetiva será divulgado oficialmente pela internet no endereço www.aptarp.com.br e www.cajati.sp.gov.br, conforme o Anexo II bem como, será afixado no prédio da Prefeitura Municipal.
- 9.2-** Caberá recurso referente à formulação das questões das provas objetivas e contra erros ou omissões no gabarito oficial, dentro de 3 (três) dias úteis, contados a partir da sua publicação, conforme Anexo II, devendo o pedido ser protocolado pelo candidato na Prefeitura Municipal de Cajati.
- 9.2.1** - O recurso devidamente fundamentado, elaborado nos moldes do formulário do Anexo III deste edital, incluindo bibliografia pesquisada, deverá conter todos os dados que informem a Identidade do candidato recorrente, Emprego e seu Número de inscrição.
- 9.2.2** - Será admitido ao candidato apresentar recurso apenas uma vez, o qual poderá abranger uma ou mais questões relativamente ao seu conteúdo, sendo automaticamente desconsiderados os recursos de igual teor interpostos pelo mesmo candidato.
- 9.2.3** - As provas objetivas de todos os candidatos, para o mesmo Emprego, serão corrigidas novamente, se o recurso for considerado procedente e houver alteração no gabarito oficial.
- 9.2.4** - A decisão proferida pela Banca Examinadora, referendada pela Comissão de Concurso Público, quando houver deferimento e alteração no gabarito oficial, terá caráter irrecorrível na esfera administrativa e será dada a conhecer, coletivamente, através de comunicado a ser publicado na internet através do endereço eletrônico www.aptarp.com.br, bem como será afixada na Prefeitura Municipal, conforme Anexo II.
- 9.3-** Da publicação da listagem de resultado final para os empregos que não haverá realização de prova prática, o candidato poderá apresentar recurso à Comissão de Concurso Público, dentro de 3 (três) dias úteis, contados a partir da publicação, conforme Anexo II, o que será admitido para único efeito de correção de notório erro de fato.
- 9.3.1** - O recurso devidamente fundamentado, elaborado nos moldes do formulário do Anexo III deste edital, incluindo pontuação obtida e cópia do protocolo de inscrição com as respostas do candidato, deverá conter todos os dados que informem a Identidade do candidato recorrente, Emprego e seu Número de inscrição.
- 9.4-** A convocação para as provas práticas será divulgada oficialmente conforme Anexo II e nos jornais de circulação local, e pela internet através do endereço eletrônico www.aptarp.com.br e www.cajati.sp.gov.br no mesmo dia, a partir das 12:00 horas, bem como será afixado no prédio da Prefeitura Municipal.
- 9.4.1-** A prova prática será realizada conforme Anexo II, em locais e horários divulgados no edital de convocação para as provas práticas.
- 9.4.2-** Os candidatos serão convocados em ordem alfabética, através do Edital de Convocação para as Provas Práticas, já indicados os locais e horários de comparecimento para a realização das provas práticas. Não será enviado nenhum tipo de correspondência para os candidatos sobre esta convocação.
- 9.4.3-** Será divulgada a nota de corte obtida pela determinação das classificações conforme consta no quadro do item 4.2 do presente edital, bem como as notas obtidas pelos candidatos habilitados para a realização das provas práticas.
- 9.4.4-** Os candidatos que não constarem na convocação para as provas práticas não atingiram a nota de corte estabelecida pela determinação das classificações conforme consta no quadro do item 4.2 do presente edital, tendo na Prefeitura Municipal à disposição para consulta do próprio candidato a sua nota, não sendo esta informada a terceiros.
- 9.5-** Da publicação da convocação para as provas práticas, o candidato poderá apresentar recurso à Comissão de Concurso Público, dentro de 3 (três) dias úteis, contados a partir da divulgação conforme Anexo II, o que será admitido para único efeito de correção de notório erro de fato.
- 9.5.1** - O recurso devidamente fundamentado, elaborado nos moldes do formulário do ANEXO III deste edital, incluindo pontuação obtida e cópia do protocolo de inscrição com as respostas do candidato, deverá conter todos os dados que informem a Identidade do candidato recorrente, Emprego e seu Número de inscrição.
- 9.6-** As respostas dos recursos de revisão de notas que tratam os itens 8.4 e 8.5 estarão disponíveis na sede administrativa da Prefeitura Municipal, conforme Anexo II, após as 13:00 horas. Caso algum recurso seja procedente, serão divulgados nos endereços eletrônicos www.aptarp.com.br e www.cajati.sp.gov.br a partir da mesma data e horário deste item os editais de retificação, tanto de resultado final e convocação para provas práticas, se for o caso.
- 9.6.1-** O candidato que por ventura tenha seu recurso de revisão de nota deferido e este venha a integrar o quadro de candidatos habilitados para a prova prática, deverá consultar o seu local e horário de prova no edital de retificação no endereço eletrônico www.aptarp.com.br e www.cajati.sp.gov.br ou na Prefeitura Municipal, não sendo enviado nenhum tipo de correspondência ou ligação por telefone para informá-lo do deferimento de seu recurso ou convocação para a prova prática.
- 9.7-** Os recursos intempestivos serão desconsiderados.
- 9.7.1** - Será rejeitado o recurso que:
- a) estiver incompleto;
 - b) não apresentar argumentação lógica e consistente;
 - c) for protocolado fora do prazo;
 - d) for encaminhado via fax, via postal, via internet e/ou correio eletrônico;
 - e) não for elaborado nos moldes do formulário constante no Anexo III deste edital.

- 9.8- Os candidatos deverão obrigatoriamente tomar ciência da resposta oferecida do recurso na Prefeitura Municipal, sendo que não será encaminhada qualquer resposta via fax, e-mail ou postal, tampouco publicado via internet tal resultado do seu recurso.

10- DA NOMEAÇÃO

- 10.1- **A aprovação no concurso assegurará apenas a expectativa de direito à nomeação, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, a disponibilidade orçamentária, a disponibilidade de vaga e do exclusivo interesse e conveniência da Administração e da rigorosa ordem de classificação e do prazo de validade do Concurso.**
- 10.2- A nomeação dos candidatos, observada a ordem de classificação final por emprego, far-se-á, pela Administração Municipal, obedecido ao limite de vagas existentes, as que vierem a ocorrer e as que forem criadas posteriormente, durante o prazo de validade deste concurso, sendo que os candidatos estão sujeitos ao estágio probatório nos termos constitucionais.
- 10.3- A convocação será feita através do setor competente da Prefeitura Municipal de Cajati - SP, determinando o horário, dia e local para a apresentação do candidato.
10.3.1 - Perderá os direitos decorrentes do concurso o candidato que não comparecer na data, horário e local estabelecido pela Administração Municipal.
- 10.4- Por ocasião da nomeação serão exigidos dos candidatos classificados os documentos relativos à confirmação das condições estabelecidas no item 2.3, sendo que a não apresentação de quaisquer deles importará na exclusão do candidato da lista de classificados.
10.4.1 - Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias não autenticadas.
10.4.2 - É facultado ao Município de Cajati - SP exigir dos candidatos, na admissão, além da documentação prevista neste Edital, outros documentos comprobatórios de bons antecedentes que julgar necessário.
- 10.5- Por ocasião da convocação que antecede a nomeação, os candidatos classificados deverão apresentar documentos originais, acompanhados de uma cópia que comprovem os requisitos para provimento e que deram condições de inscrição, estabelecidas no presente Edital.
- 10.6- Os candidatos após o comparecimento e ciência da convocação, terão o prazo estipulado para apresentação dos documentos discriminados a seguir: Carteira de Trabalho e Previdência Social, Certidão de Nascimento ou Casamento, Título de Eleitor, Comprovantes de votação nas 2 (duas) últimas eleições, Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação, Cédula de Identidade – RG ou RNE, 2 (duas) fotos 3x4 recente, Inscrição no PIS/PASEP ou declaração de firma anterior, informando não haver feito o cadastro, Cadastro de Pessoa Física – CPF, Comprovantes de escolaridade, Certidão de Nascimento dos filhos, Caderneta de Vacinação dos filhos menores de 14 anos (se houver), Atestados de Antecedentes Criminais e demais documentos que comprovem o cumprimento dos requisitos e exigências estabelecidos neste edital.
- 10.7- Na nomeação o candidato será submetido à inspeção de saúde, de caráter eliminatório, para avaliação de suas condições físicas e mentais, a ser realizado sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Cajati - SP.
- 10.8- Os candidatos portadores de necessidades especiais serão submetidos à avaliação, perante uma junta multidisciplinar a ser realizado sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Cajati - SP, que fornecerá o laudo comprobatório de sua capacidade para o exercício das funções inerentes ao emprego no qual venha a ser investido.
- 10.9- O concurso terá validade de 2 (dois) anos contados da data da homologação de seus resultados, podendo o prazo ser prorrogado, a critério da Prefeitura Municipal de Cajati - SP, por igual período.

11- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 11.1- A inscrição do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação das condições do concurso, tais como se acham estabelecidas neste edital e nas normas legais pertinentes.
- 11.2- A determinação do local, data e horário das provas é atribuição exclusiva da Comissão de Concurso Público e será publicada oportunamente, no endereço eletrônico www.aptarp.com.br e www.cajati.sp.gov.br e no jornal "Gazeta SP" que publica os atos oficiais do Município de Cajati - SP.
- 11.3- **Cabe exclusivamente à Prefeitura Municipal de Cajati - SP o direito de aproveitar os candidatos habilitados em número que julgar conveniente e de acordo com o interesse público e disponibilidade financeira, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, não estando obrigada ao provimento de todas as vagas existentes.**

- 11.4- Será excluído do concurso, por ato da Comissão de Concurso Público, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal, o candidato que:
- Fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
 - Agir com incorreção, violência, descortesia para com qualquer membro da equipe encarregada da aplicação das provas e demais atividades, ou mesmo, por qualquer razão tentar tumultuá-la;
 - For surpreendido utilizando-se de meios proibidos por este Edital;
 - For responsável por falsa identificação pessoal;
 - Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do concurso;
 - Não devolver a folha de resposta;
 - Efetuar inscrição fora do prazo previsto;
 - Deixar de atender a convocação ou qualquer outra orientação da Comissão de Concurso Público.
- 11.5- A inexatidão das afirmativas e/ou a existência de irregularidades de documentos, mesmo que verificadas posteriormente, acarretarão a nulidade da inscrição e a desqualificação do candidato, com todas as suas decorrências, sem prejuízo das medidas de ordem administrativa, civil e criminal.
- 11.6- **A aprovação no Concurso não gera direito a nomeação, ficando a critério da Prefeitura Municipal de Cajati – SP a convocação dos candidatos habilitados e classificados, mas esta, quando se fizer, respeitará rigorosamente a ordem de classificação final.**
- 11.7- Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disse respeito, circunstância esta que será mencionada em Edital, comunicado ou aviso a ser publicado, devidamente justificado e com embasamento legal pertinente, sendo defeso a qualquer candidato alegar desconhecimento.
- 11.8- A Prefeitura Municipal de Cajati – SP reserva-se o direito de anular o Concurso, bem como de adotar providências que se fizerem necessárias para garantir a correção dos procedimentos a ele relativos ou dele decorrentes.
- 11.9- As convocações para as provas, publicações de resultados oficiais e comunicações relativas ao presente concurso serão realizadas através da internet pelo endereço eletrônico www.aptarp.com.br e www.cajati.sp.gov.br, podendo ou não a critério da Comissão de Concurso Público serem publicadas nos jornais de circulação local, sendo de inteira responsabilidade do candidato o seu acompanhamento.
- 11.9.1 - As comunicações realizadas através da internet pelo endereço eletrônico www.aptarp.com.br e www.cajati.sp.gov.br possuem caráter oficial. O candidato que não dispuser de acesso à internet poderá acompanhar as publicações de acordo com as datas divulgadas neste edital e no Anexo II com o cronograma do Concurso Público, através do Programa de Inclusão Digital Acesso São Paulo ou via telefone pelo número (16) 3632-2277 ou ainda comparecer à Prefeitura Municipal onde todas as publicações serão afixadas para consulta dos interessados.
- 11.11- O candidato terá prazo de 3 (três) dias úteis, a partir da publicação do ato, para a interposição de recursos ou pedidos de revisão, ressalvados os prazos específicos já estabelecidos neste Edital.
- 11.12- Caberá ao Prefeito Municipal a homologação dos resultados finais.
- 11.13- Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Concurso Público conjuntamente com a empresa Apta - Assessoria e Consultoria Ltda.
- 11.14- Não será fornecida informação relativa a resultado de prova e resultado final via telefone, fax ou e-mail.

Cajati, 22 de junho de 2.010.

Luiz Henrique Koga
Prefeito Municipal